

## Índice Sistemático

<i>Nota do autor à 7ª edição</i> .....	XV
Capítulo I – O Surgimento do <i>Processo</i> na Resolução dos Conflitos. ....	1
1.1. Humanidade e Direito .....	1
1.2. A Ciência Jurídica e seu Objeto .....	3
1.3. As Teorias do Direito – Quadro Geral .....	7
1.3.1. A doutrina (teoria) idealista .....	8
1.3.2. O realismo jurídico. ....	9
1.3.3. O realismo e o positivismo jurídico .....	10
1.3.4. O novo positivismo e o fenomenalismo. ....	12
1.3.5. O formalismo jurídico irreducionista moderno .....	13
1.3.6. O estruturalismo jurídico .....	18
1.3.7. Síntese .....	19
1.4. Quadro Histórico das Modalidades de Resolução de Conflito – Autotutela. Autocomposição. Mediação. Arbitragem. Jurisdição. Processo – Da Barbárie às Sociedades Político-Democráticas de Direito .....	22
1.4.1. Autotutela .....	22
1.4.2. Autocomposição. ....	23
1.4.3. Mediação e arbitragem .....	24
1.4.3.1. Período sacerdotal ou pré-romano .....	24
1.4.3.2. Período das <i>legis actiones</i> .....	24
1.4.3.3. Período formular – direito romano arcaico .....	25
1.4.3.4. Período formular – direito romano clássico. ....	25
1.4.3.5. Período da <i>cognitio extra ordinem</i> – direito romano pós-clássico. ....	26
1.5. Jurisdição – Aspectos Históricos .....	26
1.5.1. Arbítrio, discricionariedade, jurisdição .....	28
1.6. O Estado, o Processo e a Tutela Jurisdicional (Judicacional). ....	32
1.7. O Processo na Pós-Modernidade e a Jurisdição Constitucional – Uma Visão Neo-Institucionalista do Processo (Teoria do Autor). ....	35
Capítulo II – Da Técnica ao Direito Processual .....	41
2.1. Generalidades – Epistemologia do Direito Processual .....	41
2.2. Técnica .....	41
2.3. Ciência. ....	42
2.4. Teoria. ....	43
2.5. Crítica Científica .....	44
2.6. Teoria Científica .....	46
2.7. Técnica Jurídica, Direito Processual e Sistemática Procedimental. ....	47

Capítulo III – Fundamentos Constitucionais do Processo .....	49
3.1. Constituição e Processo .....	49
3.2. Processo e Hermenêutica Constitucional a partir do Estado de Direito	
Democrático .....	51
3.2.1. O devido processo constitucional. ....	51
3.2.2. O anacronismo da hermenêutica pela jurisdição do decisor. ....	55
3.2.3. Concretização do direito nas democracias plenárias .....	57
3.2.4. Devido processo constitucional, conceito de parte na democracia .....	60
3.3. Direito Procedimental e Direito Processual .....	64
3.4. Tutela Processual da Jurisdição .....	66
3.5. Acesso à Jurisdição. ....	67
3.6. Teorias do Processo e Processo Jurisdicional. ....	69
Capítulo IV – Teoria Geral e Estudo do Processo e da Jurisdição .....	71
4.1. Denominação da Disciplina – <i>Explicação Didática</i> . ....	71
4.2. Teorias do Ordenamento Jurídico e Unificação do Processo .....	73
4.3. Direito Processual – Conceitos. ....	75
4.4. As Teorias do Processo na História do Direito .....	77
4.4.1. Teoria do processo como contrato .....	77
4.4.2. Teoria do processo como quase-contrato .....	78
4.4.3. Teoria do processo como relação jurídica .....	78
4.4.4. Teoria do processo como situação jurídica. ....	79
4.4.5. Teoria do processo como instituição .....	81
4.4.6. Teoria do processo como procedimento em contraditório .....	83
4.4.7. Teoria constitucionalista do processo. ....	84
4.4.8. Teoria (proposição) neo-institucionalista do processo. ....	86
4.4.9. Teoria constitucionalista do processo e teoria neo-institucionalista do	
processo ( <i>distinções</i> ) .....	90
4.5. Processo e Procedimento .....	92
4.6. Princípios Institutivos e Informativos do Processo .....	94
4.6.1. Princípios institutivos do processo. ....	96
4.6.1.1. Princípio. Pressuposto. Fundamento. Noções .....	96
4.6.1.2. O contraditório .....	97
4.6.1.3. Isonomia e simétrica paridade ( <i>distinções</i> ) .....	98
4.6.1.3.1. A questão da dignidade .....	98
4.6.1.4. Ampla defesa .....	98
4.6.1.5. A principiologia do processo na teoria neo-institucionalista. ....	99
4.6.1.5.1. Processo ante o absolutismo do saber solitário. ....	99
4.6.1.5.2. Processo e seus princípios institutivos ( <i>contraditório, ampla</i>	
<i>defesa, isonomia</i> ) .....	106
4.6.1.5.3. A produção do sentido legal como maldição ( <i>mal-dicção</i> )..	108
4.6.1.5.4. Processo e tempo nas democracias não-paideicas .....	110
4.6.1.5.5. Conclusões .....	111
4.6.2. Princípios informativos do processo .....	111
4.6.2.1. Princípio da oralidade .....	112
4.6.2.2. Princípio da publicidade .....	113

4.6.2.3. Princípio da lealdade processual . . . . .	113
4.6.2.4. Princípios da disponibilidade e da indisponibilidade. . . . .	114
4.6.2.5. Princípios da economia processual e da instrumentalidade das formas . . . . .	115
4.7. Requisitos da Jurisdição: Atividade do Juiz (Judicação) . . . . .	116
4.7.1. Requisito da investidura . . . . .	116
4.7.2. Requisito da inércia . . . . .	118
4.7.3. Requisito da aderência territorial . . . . .	119
4.7.4. Requisitos da inafastabilidade, inevitabilidade e indelegabilidade . . . . .	120
4.7.5. Requisito do juízo natural . . . . .	122
4.7.6. Imparcialidade do juiz . . . . .	123
4.7.7. Requisitos da persuasão racional do juiz, requisito da motivação das decisões judiciais e requisito do duplo grau de jurisdição . . . . .	123
4.8. Lei e Norma . . . . .	124
4.8.1. Teoria da norma . . . . .	124
4.8.2. Norma material e norma processual. . . . .	126
4.8.3. Eficácia da norma processual . . . . .	127
Capítulo V – Ciclo Histórico do Direito-de-Ação e a Dinâmica do Processo . . . . .	129
5.1. Ação e Direito-de-Ação . . . . .	129
5.1.1. Teoria imanentista . . . . .	130
5.1.2. A ação como direito subjetivo, público e autônomo . . . . .	130
5.1.3. A ação como direito subjetivo, público e concreto. . . . .	130
5.1.4. A ação como direito público, subjetivo, autônomo e abstrato . . . . .	131
5.2. Elementos Configurativos e Estruturais do Procedimento (Ação) . . . . .	132
5.2.1. Elementos configurativos . . . . .	132
5.2.2. Elementos estruturais . . . . .	134
5.3. A Estrutura (Espaço-Tempo Procedimental) do Mérito . . . . .	135
5.4. Convalidação dos Pressupostos Processuais . . . . .	136
Capítulo VI – Processo de Conhecimento, Execução e Cautelar – Outros Procedimentos . . . . .	139
6.1. Processo de Conhecimento – Noções. . . . .	139
6.2. Processo de Conhecimento – <i>Preliminar e Mérito</i> . . . . .	140
6.2.1. Articulação estrutural do processo . . . . .	140
6.2.2. Matéria preliminar e matéria de mérito . . . . .	143
6.2.3. A antecipação de tutela e o instituto da preliminar. . . . .	146
6.2.4. Conclusões . . . . .	150
6.3. Verossimilhança e Inequivocidade na Tutela Antecipada em Processo Civil . . . . .	151
6.3.1. Abertura temática . . . . .	151
6.3.2. Processo constitucional e jurisdição (judicação) . . . . .	152
6.3.3. Conceito de tutela na teoria do processo . . . . .	153
6.3.4. Verossimilhança e inequívocidade – tentativa de ressemantização . . . . .	156
6.3.5. Conclusões . . . . .	159
6.4. Fundado Receio de Dano Irreparável na Antecipação de Tutela no Processo Civil . . . . .	160

6.4.1. Memória temática . . . . .	160
6.4.2. Fundado receio (não-presunção ou suposição) . . . . .	162
6.4.3. Receio de dano irreparável. . . . .	163
6.4.4. A questão insólita da irreparabilidade do dano. . . . .	165
6.4.5. Conclusões . . . . .	166
6.5. Antecipação de Tutela Legal em Face de Defesa Abusiva e Manifesto	
Propósito Protelatório na Teoria do Processo. . . . .	166
6.5.1. Considerações introdutórias sobre a lei brasileira . . . . .	166
6.5.2. Uso e abuso de defesa e fraude processual . . . . .	168
6.5.3. Protelação e tempo legal . . . . .	170
6.5.4. Conclusões . . . . .	171
6.6. Processo de Execução, Cautelar e Outros Procedimentos – <i>Noções</i> . . . . .	171
Capítulo VII – Concurso de Ações e Cumulação de Pedidos. . . . .	177
7.1. Cúmulo – Concurso de Ações e Cumulação de Pedidos . . . . .	177
Capítulo VIII – Atos Processuais e Prazos . . . . .	181
8.1. Atos Processuais. <i>Ato Processual. Ato procedimental. Vícios. Nulidades.</i> . . . .	181
8.2. Autos. Auto. Termo. Ata . . . . .	182
8.3. Prazo – <i>O Tempo Legal. Preclusão. Perempção. Prescrição. Decadência.</i> . . . .	183
Capítulo IX – Pretensão e Resistência no Processo Civil. . . . .	187
9.1. Teoria da Pretensão e da Defesa no Processo Civil . . . . .	187
9.1.1. Pretensão e defesa . . . . .	187
9.1.2. <i>Due process</i> e contraditório . . . . .	190
9.1.3. Direito-de-ação e ação (procedimento) . . . . .	191
9.1.4. Ação e exceção. . . . .	193
9.1.5. Excetividade das preliminares . . . . .	194
9.1.6. Direito de ampla defesa e o direito ao advogado . . . . .	196
9.1.7. Controle da jurisdição pelo advogado . . . . .	196
9.2. Teoria da Prova – Sistemas Históricos . . . . .	196
9.2.1. A prova na teoria do processo contemporâneo. . . . .	199
9.2.1.1. Instituto jurídico da prova . . . . .	199
9.2.1.2. A prova em Direito. . . . .	201
9.2.1.3. A prova e a estrutura procedimental. . . . .	203
9.2.1.4. Cogitação democrático-constitucional do instituto da prova. . . . .	204
9.2.1.5. Conclusões. . . . .	206
9.2.2. Valoração e valorização da prova. . . . .	207
9.3. Sentença e Coisa Julgada (Ainda na concepção de Liebman) . . . . .	208
9.3.1. A relativização inconstitucional da coisa julgada. . . . .	211
9.3.1.1. Introdução . . . . .	211
9.3.1.2. Distinção imprescindível: coisa julgada e sentença transitada . . . . .	212
9.3.1.3. Coisa julgada e a exclusão da interditalidade . . . . .	216
9.3.1.4. O mito da onipotência turbinada . . . . .	218
9.3.1.5. O substancialismo anacrônico da <i>coisa julgada material</i> . . . . .	219
9.3.1.6. Coisa julgada e devido processo . . . . .	223
9.3.1.7. A ideologia tecnicista da modernidade . . . . .	225

9.4. Recursos: Aspectos Históricos, Teóricos e Práticos . . . . .	231
9.4.1. História . . . . .	231
9.4.2. Duplo grau de jurisdição . . . . .	232
9.4.3. Conceito de recurso . . . . .	232
9.4.4. Aspectos tipológicos de recursos . . . . .	234
9.4.5. Impropriedades terminológicas no CPC . . . . .	235
9.4.6. Juízos de admissibilidade e de mérito . . . . .	235
9.5. Outros Aspectos Recursais . . . . .	238
9.5.1. Da legitimidade e de interesses recursais . . . . .	238
9.5.2. Pressupostos do recurso (requisitos do recurso) . . . . .	238
9.5.3. Recursos em caso de litisconsórcio . . . . .	238
9.5.4. Fase da abordagem jurisdicional do recurso . . . . .	238
9.5.5. Recursos no processo civil reformado . . . . .	239
9.5.6. Recurso adesivo (art. 500, I e II, CPC) . . . . .	239
9.5.7. Recurso de terceiro prejudicado e o recurso do MP (art. 499 e parágrafos) . . . . .	240
9.5.8. Efeitos do recurso . . . . .	240
Capítulo X – Temas Significativos . . . . .	243
10.1. Judiciário: Poder ou Função. Órgãos . . . . .	243
10.2. Competência: Critérios Determinativos . . . . .	243
10.2.1. Considerações relevantes . . . . .	243
10.2.2. Competência absoluta e competência relativa . . . . .	249
10.3. Juiz. Juízo. Vara. Comarca. Foro. Fórum. Entrância. Instância . . . . .	250
Capítulo XI – A Judicialização do Processo nas Últimas Reformas do CPC Brasileiro . . . . .	251
11.1. Introdução . . . . .	251
11.2. O Fetiche das Urgencialidades . . . . .	252
11.3. A Dialética da Desprocessualização . . . . .	255
11.4. Algumas Excrescências da Lei nº 11.187, de 19.10.05 . . . . .	256
11.5. Algumas Excrescências da Lei nº 11.232, de 22.12.05 . . . . .	256
11.6. Algumas Excrescências da Lei nº 11.276, de 07.02.06 . . . . .	259
11.7. Algumas Excrescências da Lei nº 11.277, de 07.02.06 . . . . .	260
11.8. Algumas Excrescências da Lei nº 11.280, de 16.02.06 . . . . .	263
11.9. Conclusões . . . . .	264
Sinopse . . . . .	265
Bibliografia . . . . .	335